



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

THAISE MATIAS COSTA DA SILVA

MATERNIDADE: OS DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Juazeiro do Norte
2019

THAISE MATIAS COSTA DA SILVA

MATERNIDADE: OS DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à
Coordenação do Curso de Graduação em
Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão
Sampaio, como requisito para a obtenção do
grau de bacharelado em Psicologia.
Orientador: Joel Lima Júnior

Juazeiro do Norte
2019

MATERNIDADE: OS DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Thaise Matias Costa da Silva¹
Joel Lima Junior²

RESUMO

Falar sobre maternidade é algo natural quando se trata do determinismo biológico atribuído a construção identitária da mulher, uma vez que esta se desenvolve para a reprodução, seu lugar social é justamente o de dar conta daquilo que culturalmente é elaborado para ela, ser mãe. Dessa forma as mulheres diante de um sistema patriarcal passaram por longos períodos de submissão frente a representação da masculinidade, uma vez que as funções predeterminadas a elas não refletiam prestígio à vista da importância deferida ao homem. A partir da compreensão do conjunto de circunstâncias que permeiam a condição de ser mulher e mãe amplia-se o olhar simplista com o qual se aborda esse tema na perspectiva de atribuir a esta condição a dimensão com a qual vem se construído ao longo do processo histórico, entendendo em que medida elas se expressam atualmente. Para a composição da pesquisa foi utilizada metodologia bibliográfica com caráter qualitativo. No levantamento bibliográfico utilizou-se livros e artigos científicos. Avalia-se que no decorrer da história às mulheres renegou-se condições que viabilizasse a propriedade sobre si, no entanto a luta feminista por emancipação e liberdade abriu caminhos para que elas conseguissem autonomia sobre si e demarcassem os espaços que almejassem ocupar. Destaca-se que muito embora se tenha desconstruído fronteiras ainda há, embora em menores proporções, condições que subjugam a mulher a um lugar de inferioridade e subserviência. Aponta-se que a educação é um caminho para o enfrentamento da violência velada que se vivencia na contemporaneidade e que ainda é responsável por tantas transgressões de direitos básicos das mulheres.

Palavras-chaves: Maternidade. Gênero. Lugar social.

ABSTRACT

Talking about motherhood is natural when it comes to the biological determinism attributed to the identity construction of women, since she develops for reproduction, her social place is precisely to account for what is culturally designed for her, to be a mother. Thus women faced with a patriarchal system went through long periods of submission to the representation of masculinity, since their predetermined functions did not reflect prestige in view of the importance given to men. From the understanding of the set of circumstances that permeate the condition of being a woman and a mother, the simplistic look with which this theme is approached is broadened from the perspective of attributing to this condition the dimension with which it has been built throughout the process. understanding to what extent they express themselves today. For the composition of the research it was used bibliographic methodology with qualitative character. The literary survey was made using books and scientific articles. It is estimated that throughout history women have been denied conditions that would make property possible over themselves, however the feminist struggle for emancipation and liberty will provide ways for them to achieve autonomy over themselves and demarcate the spaces they wish to occupy. It is noteworthy that, although deconstructing borders, there are still,

¹ Discente do curso de psicologia. E-mail: thayse.92@hotmail.com

² Docente do curso de psicologia. E-mail: joellima@leaosampaio.edu.br

albeit to a lesser extent, conditions that subject women to a place of inferiority and subservience. It is pointed out that education is a way to confront the veiled violence that is experienced in contemporary times and is still responsible for so many transgressions of women's basic rights.

Keywords: Maternity. Genre. Social place.

1. INTRODUÇÃO

Compreender a representação cultural acerca da maternidade se estabelece enquanto caminho para a desmistificação da condição restritiva designada à mulher enquanto ser humano capaz de reproduzir, pautada na estrutura biológica desta, e a função parental unilateral que retém a competência dos cuidados a mãe, viabilizando a perpetuação da ideologia de que por condições naturais ela está destinada a servidão. (OLIVEIRA-CRUZ; WANZELLER; DALCIN, 2018). Ao abordar aspectos que contemplem a condição da maternidade se faz necessário entender historicamente condições que propiciaram a leitura social em relação a ser mulher, adentrar questões que perpassam pela estruturação do ser infante, as circunstâncias que caracterizaram essa fase da vida e que ditaram padrões de tratamento, bem como a distinção entre meninos e meninas.

Questões como, vestimenta e escolarização demarcaram a separação entre ser adulto e ser criança, bem como distinguiu o feminino do masculino. A diferenciação concernente a menino ou menina, homem ou mulher foi sendo na medida do tempo configurada pela conjuntura social, pois de acordo com Beauvoir (2016), os dois crescem sob as mesmas condições cognitivas e expressam-se através dos mesmos recursos. Sendo assim, o lugar de submissão que a mulher ocupou e ainda ocupa diante da representatividade masculina faz parte de um processo de construção social. O referenciamento ideológico da figura masculina enquanto algo relacionado a superioridade por alguma razão seja ela, física, biológica, cultural, reforça a ideia da mulher enquanto um ser frágil. Um momento significativo que concretiza a conotação de um lugar inferiorizado ao qual revestiu-se a figura feminina foi na passagem para a sociedade patriarcal, quando à mulher pertenceu a responsabilidade de conceber o herdeiro consanguíneo, esta torna-se propriedade do marido (FONSECA, 1995).

A partir dos fatos apresentados anteriormente, é possível identificar que gestar no transcorrer da história, não esteve em nada associado a um desejo precedente da mulher, mas sim uma obrigação de gerar sucessores geneticamente dignos de herdar os patrimônios do seu genitor. É a partir da industrialização que os espaços tanto públicos quanto privados vão sendo demarcados pela inclusão da mulher e que a ideia de que esta estará voltada

basicamente para a reprodução, torna-se ultrapassada. O movimento feminista teve grande responsabilidade para como todo o processo de autonomia e empoderamento vivenciados pelas mulheres. Coutinho (2005) descreve que embora as mulheres sofram discriminações das mais variadas formas no mercado de trabalho dia após dia elas vêm se firmando em lugares cada vez mais significativos financeiramente. Atualmente, a estrutura social concede a mulher um protagonismo, ainda que marcado pela sua condição histórica, no qual viabiliza a inserção desta no mercado de trabalho possibilitando assim que através da sua autonomia o lugar de submissão seja cada vez menos representado.

A partir da compreensão do conjunto de circunstâncias que permeiam a condição de maternidade se faz necessário ampliar o olhar simplista com o qual se aborda esse tema na perspectiva de atribuir a esta condição a dimensão com a qual vem se construindo ao longo do processo histórico entendendo em que medida elas se expressam atualmente. Academicamente é importante explicar o contexto da maternidade tendo em vista a pluridimensionalidade de fatores que a constitui dentre eles gênero, patriarcado, machismo, e tantos outros que também são extremamente importantes de serem compreendidos considerando o compromisso ético com os direitos humanos e com a equidade social que a psicologia desenvolve. Objetivou-se identificar as condições que atravessam o processo de construção identitária da mulher e suas consequências no transcorrer da vida. Através da análise dos padrões sociais normativos que regem as funções parentais, verificando a funcionalidade atribuída a mulher ao tornar-se mãe.

Para a elaboração da pesquisa foi utilizado o método bibliográfico, de categoria qualitativa. Utilizou-se enquanto material de coleta, livros e artigos científicos, os artigos encontram-se disponíveis em Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC), assim como no (Scientific Electronic Libray Online (SCIELO). O levantamento bibliográfico aconteceu do mês de abril de 2019 até novembro de 2019, foi feito uso do conteúdo do título e resumo, “maternidade”, “desafios” e “contemporaneidade”. Os artigos utilizados têm a data de publicação a contar de 1971 a 2019, todos encontram-se disponíveis na íntegra. Como critério de exclusão utilizou-se a incompatibilidade com o tema e artigos em outro idioma que não seja o português.

2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INFÂNCIA: DA MENINA À MULHER

Para dar início a compreensão da forma com a qual o conceito de infância surgiu e de que maneira este influenciou o processo de construção de gênero é necessário que se faça um

levantamento sobre a forma com a qual se construíram os conceitos das fases da vida e de que maneira essas eram representadas culturalmente pelas sociedades antigas assim como o reflexo dessa trajetória no entendimento das questões que se manifestam atualmente. Segundo Ariès (1981), nas civilizações arcaicas a infância era desconhecida e não se pode acreditar que esse fato se devesse a falta de habilidade para lidar com as questões pertinentes a essa fase, mas sim a falta de lugar para experienciá-la.

No século XI se pode destacar as primeiras expressões representadas através da arte a despeito daquilo que se entendia acerca de ser criança, a arte otomiana permite que se tenha uma ideia da reprodução da imagem imposta aos corpos das crianças, em uma realidade extremamente diferente distante da que se constitui hoje. A obra expressa a cena do Evangelho no qual o Messias solicita que se dirijam até ele todas as crianças, nessa ilustração agrupou-se ao lado de Jesus oito adultos do sexo masculino os quais não portavam quaisquer características infantis.

Nessa mesma perspectiva, se atravessa o decorrer dos séculos nos quais não haviam crianças qualificadas por características próprias da infância e sim adultos em miniatura. Segundo Ariès, as crianças representativamente caracterizadas com aspectos infantis surgiram em meados do século XIII por meio do surgimento do anjo na aparência de um jovem na fase da adolescência. O segundo tipo foi norteado pela imagem da maternidade da Virgem Maria também através de pinturas que exprimiam momentos de ternura o que passa a revestir com significados mais atuais acerca da infância. O autor ainda acrescenta que houve um terceiro momento o qual introduziu na história a imagem desnudada da criança, chamada fase gótica, através da expressão figurada da morte e da alma foi introduzido no mundo a nudez em imagens infantis. Até o momento, os modelos de criança expressados de maneira moralizada na bíblia, encontravam-se vestidas.

A respeito destes fatos históricos, Barbosa (2007) aponta que a maneira religiosa e artística com as quais tentou-se simbolizar os sentimentos para com a infância não é nada revelador, uma vez que, só se passa a adquirir um sentido real quando se desloca do enquadre religioso e passa a se utilizar em feitos particulares como, pintura familiar de crianças falecidas. Ao que se percebe no transcorrer da história os sentidos atribuídos a infância foram sendo delineados de acordo com as características pertinentes a realidade social, dessa maneira se constitui conceitos acerca dessa fase gradativamente mais próximo da realidade atual. “Percebe-se que a própria arte que elevou uma infância mística, traz no decorrer dos séculos uma infância real, despertando as sociedades para o ser infante” (BARBOSA, 2007, p. 6).

Em consonância ao que fora exposto, secularmente as crianças não eram reconhecidamente diferenciadas dos adultos, uma vez que essas eram representadas artisticamente enquanto adultos. Mais tarde, quando se percebe a necessidade de distinção essa passa a ser marcada pela vestimenta, porém, tanto meninas quanto meninos eram trajados de maneira semelhante. No que se refere a separação entre ser do sexo masculino ou feminino essa se deve a chegada do ensino especializado. Enquanto primeiramente os rapazes da camada média social usufruíam de uma educação alinhada com os seus mecanismos de aprendizagem intelectual, as meninas com ressalva àquelas que eram enviadas para pequenas escolas ou conventos a maior parte eram submetidas a educação em casa, cotidianamente ao convívio com pessoas sem nível de escolarização, nessa media as meninas muito precocemente eram reconhecidas enquanto mulheres (ARIÈS, 1981). O autor afirma que a expansão do acesso à educação para as meninas só passou a ocorrer em meados do século XII. Nitidamente, no início do processo de escolarização não houve preocupação de se equiparar intelectualmente o nível de desenvolvimento entre meninos e meninas, fato que as tornam conseqüentemente amarradas a não se perceberem criticamente nas relações estabelecidas, impossibilitando qualquer contestação.

Considerando que os fatos históricos aqui apresentados configuram momentos que ocorreram mundialmente, acrescenta-se que no Brasil de acordo com Stamatto (2002), com a chegada dos colonizadores o meio de educação concentrou-se especificamente como atributo da Igreja. A primeira escola estruturada em 1549 foi formada pela elite branca masculina. As mulheres do mesmo modo foram excluídas, quando muito ainda podiam ser instruídas na catequese. Nesse sentido, no período colonial as mulheres de maneira predominante não tinham acesso à educação. Da mesma maneira que ocorreu na França, por volta do século XV, as mulheres também eram educadas em casa por preceptoras ou em conventos. Tendo em vista o exposto, havia muita funcionalidade nesses meios de inserção da mulher a algum tipo de conhecimento pois enquanto um voltava-se para as atividades domésticas, o outro era norteado pela religiosidade, nessa medida certificava-se que ela seria para além de uma boa dona de casa e mãe, garantia-se a sua castidade.

A divisão de papéis inicia-se de forma mais evidente no período pré-histórico mais especificamente na fase compreendida como superior, para melhor esclarecer tais divisões será explanado sobre as fases que antecederam o período das delimitações atribuídas tanto aos homens quanto as mulheres. Engels (2005) vai destacar as três fases que compuseram o período da pré-história, quais sejam, estado selvagem, barbárie e civilização, denominadas também de fase inferior, fase média e superior. Na **fase inferior** ou **estado selvagem** os seres

humanos alimentavam-se de nozes e frutos, usavam as grandes árvores como abrigo das feras, esse período ficou marcado pelo uso da linguagem de forma articulada. A duração dessa fase percorreu milênios, mas não há evidências testemunhais de que ela ocorreu, além da crença de que os seres humanos se originam dos animais. Na **fase média** ou **barbárie**, como alimento passou-se a ingerir crustáceos, peixes e outros animais. Ficou marcada pela manipulação do fogo, a partir de então os seres humanos passaram a não mais depender do clima para alimentarem-se e começaram a seguir o curso dos rios e mares. O manuseio da pedra sem polimento da Idade da Pedra identificado como paleolítico pertenceu ao período da barbárie. Acerca do último estado compreendido enquanto **fase superior**, tendo em vista sua relevância para a compreensão histórica dos lugares sociais e seus respectivos valores, o autor certifica que a divisão do trabalho se distribuiu entre homens e mulheres, ficando o primeiro incumbido da caça, da pesca, dentre outras atividades externas, já a mulher encarregada de cozinhar e cuidar dos afazeres domésticos no geral. Cada um com propriedade sobre os instrumentos que criava e utilizava.

Muito claramente se percebe que a divisão do trabalho familiar fomentou a subdivisão daquilo que era propriedade do homem e o que pertencia a mulher. Engels (2005) complementa que a mulher tinha o domínio sobre tudo aquilo que dizia respeito ao lar e era bastante estimada por isso. Porém, com o advento da industrialização as aptidões domésticas perderam todo reconhecimento passando a uma condição de inferioridade em detrimento da importância relacionada a capacidade produtiva do homem. O autor conclui que tais fatos corroboram para o entendimento de que a autonomia da mulher só passará a ser possível diante da inserção desta nos meios de produção, ficando as atividades domésticas em segundo plano.

No que se refere a importância da inserção da mulher na economia até mesmo para a sua própria legitimação enquanto um ser de direito, ocorre de maneira mais injusta possível, uma vez que os detentores do meio de produção passaram a explorar tanto mulheres quanto crianças, através de horas extensas de serviço chegando até 16 horas diárias e a baixa remuneração, sendo este um terço menor que os salários de homens (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014). A divisão sexual quanto as atividades laborais são inegáveis, e apesar dos avanços alcançados ao longo dos anos Cruz, Wanzeller e Dalcin (2018) consideram que ainda há muito a se fazer para que se obtenha a igualdade entre homens e mulheres, pois culturalmente ainda é associado unicamente a figura feminina os cuidados domésticos. Nesse sentido os autores apontam que a maternidade enquanto outro fator central no que se refere a desproporcionalidade de gênero uma vez que a mulher mãe ainda é percebida socialmente

enquanto unilateralmente responsável por exercer tais funções. A naturalização da ideia de que a mulher é uma boa mãe e dona de casa inata corrobora, além de tudo, com a sobrecarga associada a dupla jornada de trabalho.

3. O MOVIMENTO FEMINISTA E RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS DE GÊNERO

Durante anos as mulheres se submeteram às variações culturais que negaram o que hoje representa-se enquanto direito, em paralelo com a supremacia masculina. Vale ressaltar, que o olhar sobre esta situação por uma larga escala de tempo foi romantizado culturalmente. Enfatiza-se que embora muito se tenha alcançado no que tange à proteção da dignidade da mulher e seus direitos enquanto cidadã ainda se destacam situações que atravessam a história e se representam de maneira retrógrada a toda conquista atingida. O que se nota é que ainda não há a extinção dos fatores que induzem a mulher a um lugar inferiorizado, e sim que situações como esta ocorrem em menores proporções. Por longos anos ser dona de casa, casada e mãe foi compreendido como predestinado a condição de ser mulher, uma vez que esta era a única maneira de se exercer a feminilidade. Na medida em que se assumia a função para qual foram determinadas em meados do século XX mais especificamente, nos Estados Unidos a mulher norte americana passou a sofrer de um mal inominável.

O mal-estar de viver o conto de fadas no qual ela passava, lavava, cozinhava, cuidava dos filhos e do esposo. Se esse era o grande destino o qual a esperava desde o momento em que nasceu, não se concebia por que de não estar satisfeita. A tendência a cumprir o seu papel social culminou gradativamente na diminuição na faixa etária de mulheres em busca da grande realização enquanto um ser feminino: o casamento (FRIEDAN, 1971)

Em fins da década de cinquenta, a média etária relativa ao casamento baixou para 20 anos entre as mulheres americanas e continuava a cair, descendo à adolescência. Havia quatorze milhões de moças noivas aos 17 anos. A proporção de mulheres universitárias em relação aos homens caiu de 47% em 1920 para 35% em 1958. Um século antes as mulheres lutavam por uma educação superior. Em 1950, as moças iam à universidade para arranjar marido. Em meados da década, 60% abandonaram a faculdade para casar, ou temendo que o excesso de cultura fosse um obstáculo ao casamento. (FRIEDAN, 1971, p 18)

Em 1960 quando a inquietação tomou proporções significativas, tentou-se construir alternativas para aplacar a desestruturação acerca do que a sociedade havia designado à mulher. Dessa forma, foi pensado em restringir o acesso das mesmas ao ensino universitário,

uma vez que nestas instituições não havia metodologias que as ensinassem a aperfeiçoarem-se enquanto donas de casa, nem ao menos as boas maneiras de conservação de um casamento. Friedan (1971, p. 24) complementa que “o problema era afastado dizendo-se à dona de casa que ela devia compreender o quanto era feliz: dona de si mesma, sem horários, sem competição”. Em consonância com essa realidade Simone de Beauvoir, afirma que a construção da condição de ser mulher não é algo determinado biologicamente, uma vez que ambos os sexos, masculino e feminino nascem, desenvolvem-se cognitivamente e expressam-se corporalmente por meio dos mesmos recursos, no entanto, a conjuntura social constrói especificidades destinadas ao tratamento restritivo para com a menina e marcam a intervenção cultural desde a primeira infância (BEAUVOIR, 2016).

A condição social de submissão, coloca a mulher em lugar de desapropriação de si, do seu corpo, nessa medida desde muito cedo foi designado a ela seguir um roteiro no qual a seu papel cabe, doutrinarem-se uma boa dona de casa, casar, preparar-se para sua missão de gerar filhos e dedicar-se aos cuidados do lar, do esposo e dos filhos. Friedan (1971) informa que o fato de não se sentirem satisfeitas com o sistema normativo, impulsionou as mulheres americanas, com uma expansão mundial, tendo em vista os Estados Unidos representarem o país modelo em diversas continentes, o encorajamento de lutar por independência. A partir do exposto, as mulheres engajaram-se em lutas sociais por reconhecimento da igualdade de gênero e liberdade.

Pinto (2010) destaca que em todo momento da história existiram mulheres que se revoltaram com a situação a qual vivenciaram e muitas delas tiveram suas vidas ceifadas por isso. Nesse sentido, percebeu-se a importância da aderência feminina para lutar por suas causas. A autora apresenta que o primeiro movimento feminista mundialmente ocorreu na Inglaterra em protesto do direito ao voto, que por sua vez ocorreu no século XIX. Monteiro e Grubba (2017) destacam que as mulheres da primeira onda feminista questionavam a naturalização da violência sofrida por elas no sistema do patriarcado, denunciavam as opressões e canalizavam vias para libertação, como o direito de decidir quem as poderiam representar politicamente. A luta provocou tortura, rejeição familiar e desprezo social. O movimento ficou conhecido como as Sufragetes, por ter sido fortemente influenciado pelo filme, *As Sufragistas*, que retratava a luta das mulheres pelo direito ao voto. No Brasil a luta também foi pautada no direito de a mulher exercer a cidadania diante do voto.

De acordo com a autora, esse primeiro movimento no ano de 1930 perde força em países como Europa, Estados Unidos e no Brasil. Durante a década de 1960 ressurgiu de maneira bastante intensa e apresenta uma configuração muito aberta acerca dos discursos das

mulheres enquanto enfrentamento da relação de poder exercida pelo homem sobre sua vida. Outra data memorável para o movimento feminista no Brasil de acordo com Pinto (2009) foi o ano de 1984 o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM) organizou uma campanha nacional inclusiva aos direitos das mulheres na nova carta da Constituição. Dessa ação sucedeu que na Constituição de 1988 foi garantido uma série de direitos às mulheres.

De forma concomitante com o movimento feminista ocorreu a inserção da discussão acerca dos benefícios das pílulas contraceptivas. Para Santana e Waisse (2016) um dos fatos que contribui e que deu enfoque à necessidade da manipulação de meios de controle sobre a taxa de natalidade no mundo, foi o crescimento populacional após o período da Segunda Guerra Mundial. O crescimento incontido da população estava prejudicando o desenvolvimento econômico e os índices de pobreza cresciam significativamente. Em meio a esse cenário as autoras destacam que a pílula se introduz enquanto um meio de planejamento familiar, bem como um método opositivo ao aborto. No transcorrer dos discursos que atravessavam a utilização do anticoncepcional, este recebeu uma conotação de desrespeito à autoridade conjugal do homem. Uma vez que a mulher fizesse uso de métodos contraceptivos sem a autorização do esposo, esse tinha direito de processá-la. Para as autoras é conveniente pontuar que a expressão da necessidade de métodos contraceptivos enquanto fator de controle sob a taxa de natalidade e o subdesenvolvimento populacional deu lugar ao discurso de que casais conscientes adotavam contraceptivos, o qual exerceu predominância sobre o primeiro.

O movimento feminista e o direito do planejamento familiar associado a decisão de escolher métodos contraceptivos, abriu precedentes para que fosse lançado um novo olhar sobre os cuidados direcionados à mulher. Uma vez que se percebe a importância da existência de ações perpassem o período gravídico e puerperal e se estendam a melhores condições de vida dessas mulheres seja no âmbito social, cultural, econômico e afetivo. Com políticas educativas de promoção, prevenção e recuperação para que dessa forma se adquira instruções suficientes e garantir esclarecidamente controle sobre suas decisões e suas vidas. Cabendo a ela se perceber criticamente diante dos papéis sociais destinados a ela e decidir por assumir ou não responsabilidades para com eles. Considerando que o casamento bem como a gestação é uma dessas funções, atualmente confere a mulher enquanto um ser autônomo e de direitos decidir por engravidar e ter filhos, ou não (SANTANA; WAISSE, 2016).

Conforme Correia (1998), para muitas sociedades a união do casal apenas se configura enquanto casamento a partir da gravidez. É possível identificar sobre o que se pauta a legitimidade do matrimônio, a gestação e a vivência desse processo variam de acordo com o contexto de cada povo. Ter um filho é considerado em cada civilização de um modo diferente;

ser mãe pode ser visto como uma experiência perigosa, dolorosa, interessante, satisfatória ou importante, numa determinada mulher, numa determinada civilização (CORREIA, 1998).

4. A PARENTALIDADE E SUAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS FRENTE AO MITO DO AMOR MATERNO

De acordo com Badinter (1985), embora a significação da maternidade varie de acordo com o tempo e o lugar, algo se constrói enquanto comum, a ideia equívoca de que o amor materno é algo inerente a existência feminina, uma vez que toda mulher é feita para procriar e ser uma boa mãe, todavia, a exceção à regra é um desafio lançado à natureza, de forma que é avaliada em termos patológicos. A autora expõe que no século XVIII se experienciava uma enigmática indiferença das genitoras para com seus filhos, um distanciamento que marcava as relações entre mãe e filhos nos primeiros meses de vida. Tal ato, de acordo com ela, simbolizava, embora não deliberadamente, um instinto de sobrevivência das mulheres uma vez que a criança corria grandes riscos de morte nos instantes iniciais de vida, dessa forma apegar-se afetivamente de maneira enérgica, colocaria essa mãe em uma condição de sofrimento inestimável. Fatores ambientais como, pobreza, desastres e epidemias predestinavam a capacidade de sobrevivência dessas crianças.

Badinter (1985) aponta esse fato como objeto de análise para explicar a ideia construída ao longo dos tempos acerca do amor materno. Ela aponta que os riscos aos quais os bebês eram expostos e a possibilidade de morte, dependendo essencialmente de fatores econômicos, em certa medida levava a algum nível de compreensão a indiferença materna para com o ser infante. No entanto, a autora convida a pensar a respeito daquelas mães que dispunham de todas as condições para criar seus filhos e ainda assim não o faziam. Quase a totalidade das crianças que nasciam nessa época eram enviadas as amas de leite e retornavam aos seus lares de origem após os cinco anos de idade, em casos de morte muitas vezes os pais só tomavam conhecimento muito tempo depois, nem mesmo ao enterro se comparecia.

A autora identifica que o afastamento se iniciava no período da amamentação, para tal se encontravam explicações como, o mal que o aleitamento causava à mãe, a deformação da mama, outra razão que se sustentava era a de pertencimento social, onde as camadas mais altas da sociedade não amamentava por ser um gesto impróprio para uma dama, revestindo-o de sentidos pejorativos, onde se relacionavam até mesmo as mulheres a vacas. Constatava-se que em 1780 de 21 mil crianças nascidas, mil eram amamentadas no domicílio dos próprios pais.

Ao final do século XVIII o olhar sobre os cuidados para com a criança inverte-se no sentido da mãe e a genitora ao dar à luz ao seu filho se encontra na condição de antes mesmo de ser qualquer outra coisa, ser mãe. Desconsiderando assim qualquer função posterior que ela possa vir a desempenhar, pois a maternidade é a única a qual só ela pode exercer. Desenvolver a maternagem com qualidade passa a ser um critério de validação enquanto mulher e cidadã. Este acontecimento é o que dá subsídios para que à figura da mulher seja associada o instinto do amor materno Badinter (1985). Outro fator importante a se destacar para além das circunstâncias que permearam o processo de amamentação se trata da significação que concretiza a condição de maternidade, o parto.

Falar de gravidez implica não esquecer um outro momento a ela associado – o parto. Não podemos considerar o parto como um simples acto biológico; também ele tem múltiplas influências do funcionamento psicológico e do ambiente sócio-cultural (CORREA, 1998, p. 367).

O parto de acordo com a autora supracitada desconfigura toda a forma de interação antes estabelecida e passa a definir a mais nova identidade da mulher que agora não mais é uma gestante e sim uma mãe. Até ao século XVII, o parto era um assunto restrito ao campo feminino. Sendo preparado através de rituais que amenizavam a dor, proporcionasse tranquilidade e confiança à parturiente (CORREIA 1998). No que se refere ao parto enquanto uma concreção da maternidade, uma vez que esse transporta para o real aquilo que está no nível do imaginário Piccinini e Alvarenga (2012) esclarecem que a parentalidade não pode ser reduzida ao período de gestação nem ao nascimento da criança, pois, desde as vivências da infância surgem identificações que podem direcionar a forma com que se venha a exercer as funções maternas e paternas. Os autores afirmam que ao nascer o bebê precisar ser inscrito em dimensões, físicas e psíquica, estas, por sua vez, serão viabilizadas através da inscrição na história familiar.

Nessa perspectiva, compreende-se que antes mesmo do nascimento, o bebê, é inserido em uma esfera intersubjetiva. Magalhães e Carneiro (2005) conceituam enquanto intersubjetividade aquilo que antecedente ao sujeito. É expressada através do investimento narcísico dos pais, nessa medida a subjetividade ampara-se na intersubjetividade, concluem que esta se faz presente em todas as formas de relacionamentos. No que se refere aos aspectos transgeracionais voltados à subjetividade, as autoras compreendem que estes são os elementos psíquicos que são transmitidos de geração para geração, capaz de definir tanto o que é recebido de forma comum por todos quanto o que se acrescenta de maneira individual para

transformar. O aspecto da subjetivação ocorre nessa fenda entre o que permanece e o que se modifica.

Adentrando a esfera familiar é possível perceber que esse é o primeiro universo no qual os seres humanos têm contato afetivo, social, sendo também a estrutura para que se ensaie as primeiras formas de relação, ou seja, para além da estrutura que está pronta para receber um novo ser no mundo existe toda uma preparação psíquica para a inserção deste. Segundo Stern (1997, apud MARTINS, FRIZZO E DIEHL, 2014), o nascimento de um filho conduz a mulher a organizar-se psíquica frente a aspectos específicos desta condição, o que vem a ser denominado de constelação da maternidade. Nessa medida, a reestruturação psíquica vivenciada pela mulher-mãe vai ser norteadada pela constelação da maternidade a qual viabilizará a organização diante de das circunstâncias que se apresentam, da insegurança e dos desejos que se expressam, bem como do medo e das fantasias.

Destaca-se que a experiência consiste em conteúdos que se relacionam de maneira funcional, os quais serão divididos em quatro tarefas nomeadas de temas, condizentes com o processo de maternidade, quais sejam: tema de vida e crescimento, se refere a condições básicas de cuidado para a sobrevivência do bebê; tema de relacionar-se primário, se trata do estabelecimento socio-emocional da mãe com o bebê; tema da matriz de apoio, na qual se constitui a rede de apoio para auxiliar a execução das tarefas citadas anteriormente; por fim o tema da reorganização da identidade, no qual se identifica em que medida a mulher conseguirá transformar sua identidade para dar conta da nova função. Nesse estágio a mulher sai da dimensão do complexo de Édipo para a constelação da maternidade, onde não mais se impera a tríade edípica, mãe/pai/bebê tendo em vista que esta dará lugar a tríade psíquica, mãe-da-mãe/mãe/bebê. Dessa forma concluem os autores que a mulher enquanto mãe abre precedente para o surgimento da mãe enquanto mãe, ressaltando que as duas interagem de forma contínua uma vez que tornar-se mãe é um processo constante e inacabado. (MARTINS, FRIZZO E DIEHL, 2014).

5. A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: ROMPENDO BARREIRAS E CONSTITUINDO CAMINHOS

Atualmente, a mulher tem encontrado espaço para estabelecer a sua consolidação no mercado de trabalho, tendo em vista mudanças na configuração social as quais têm viabilizado o acesso à educação e atuação desta nos meios de produção. Cabe ressaltar que para que se fosse possível o alcance a independência e estabilidade financeira as mulheres

tiveram por muito tempo que travar batalhas de resistência contra o trabalho escravo, descompensação salarial, dupla jornada de trabalho e preconceitos. A começar pela inserção nas fábricas em meados do século XIII, na Inglaterra, que de acordo com Bottini (2013) ocorreu pelo aperfeiçoamento das máquinas que culminou na simplificação da mão de obra, nessa medida, os trabalhadores passaram a realizar tarefas mais simples, como o manuseio desses equipamentos.

A modernização do modo de produção desencadeou o rebaixamento do custo pela mão de obra, dessa forma, as mulheres se viram sujeitadas a adentrar no trabalho fabril para aumentar a renda familiar. Nessa perspectiva, de acordo com a autora a vida da mulher foi excessivamente afetada, posto que, elas passaram a exercer dupla jornada de trabalho. Ao desempenhar funções na esfera privada, dentro do lar, bem como na esfera pública, fora dele, estas mulheres são levadas a uma condição subalterna, uma vez que mesmo o trabalho público se configurando de maneira prioritária por uma questão de subsistência, as atividades domésticas ainda se configura culturalmente enquanto ofício inerente a mulher. (SANTOS, MAIA 2013).

A Primeira e a Segunda Guerra mundiais também modificaram o cenário econômico, pois, as mulheres passaram a desempenhar a função de gerir a renda familiar, tendo em vista que, seus maridos quando voltavam da guerra, encontravam-se em estado de adoecimento mental, perda de membros, prestígio e lugar social (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014). Os autores apontam que na Inglaterra, diante da luta por condição minimamente digna de trabalho, em 1957 operárias de uma fábrica de tecelagem reuniram-se em manifesto pelas 16 horas de trabalho diário, no intuito de reduzir a carga horária para 10 horas diárias. Na ocasião as trabalhadoras foram trancadas dentro da fábrica em seguida foram mortas carbonizadas. Essas mulheres revolucionaram em função da classe proletária, porém, pagaram com a própria vida por reivindicar dignidade em uma condição de trabalho análogo ao escravo.

No Brasil, de acordo com Franciscani (2010), as mulheres começaram a trabalhar através da produção de tecido. O ambiente laboral não continha as mínimas condições de salubridade, intensa carga horária de serviço e baixa remuneração. Ainda que antes de 1930 não houvesse leis que resguardassem o trabalhador de uma forma geral, as mulheres, eram remuneradas de maneira inferiorizada em relação aos homens. Em 1932 foi criada a primeira lei trabalhista na qual regulamentava-se a diminuição da jornada de trabalho, onde foram estabelecidas as horas diárias de serviço, a qual não poderia ser superior a 8 h, totalizando 44 semanais. A lei protegia a classe operária da exploração por parte dos detentores do meio de produção. As mulheres foram as mais amparadas por essa regulamentação, uma vez que,

essas eram quem mais sofriam com as injustiças salariais e de qualidade na condição de trabalho.

Ainda segundo a autora, a respeito da equiparação salarial, os homens eram e ainda são mais bem recompensados financeiramente. De acordo com dados apontados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (1996), nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, o número de mulheres empregadas era de 48.783, com carteira assinada, 34,838 em comparação aos homens que de acordo com o que se identificou enquanto empregados somavam 131,075, com carteira assinada, 108,156. A pesquisa demonstra a representatividade ativa, onde a maioria é expressa pelo sexo masculino economicamente ativo e amparados por leis trabalhistas, em contrapartida demonstra a minoria feminina no mercado, sem estarem acobertadas pelos seus direitos.

Na perspectiva de compreender os desafios da mulher no mercado de trabalho, amplia-se o olhar para situações que atravessam apenas o sexo feminino como a conciliação entre a maternidade e o mercado de trabalho. Entendendo toda uma estrutura social que direciona a função do cuidado com os filhos enquanto responsabilidade essencialmente da mulher e considerando que conciliar tais funções diante da demanda de entrega que cada uma delas requer. Faz-se necessário destacar a maneira com a qual as mulheres, diante da condição de maternidade, têm lidado com a inserção no mercado.

Dias Júnior e Verona (2016) analisam a partir de um olhar sociológico que estar ativo no mercado e ser mãe é uma questão de compatibilidade ou incompatibilidade de papéis e vai estar relacionado com os desafios em alinhar a maternidade a vida profissional. A determinação de ser ou não compatível, de acordo com os autores, vai estar associado a padrões sociais e nível profissional da mulher, onde em situações extremas há necessidade de abrir mão de um em detrimento de outro.

Dessa maneira, os autores afirmam que, em sociedades onde os cuidados com os filhos não precisam necessariamente da intervenção materna ou onde as mães não tenham que se ausentar do lar para trabalhar, como é o caso de sociedades agrícolas e serviços informais, o fator da incompatibilidade é praticamente nulo. No entanto, quando se trata de sociedades industriais com trabalhos formais, os empecilhos são maiores. Outro fator identificado pelos autores se trata do nível profissional da mulher, quanto maior for a sua qualificação mais se exige dela, nesse sentido se torna incompatível o equilíbrio, na mesma proporção quando os cargos não necessitam de maiores capacitações, mais flexível é no sentido de não requerer grandes abdições.

6. AS RELAÇÕES CONJUGAIS: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA

Ao abordar aspectos que tratam sobre a conciliação da mulher frente as suas multirefunções, a conjugalidade em alguns contextos se configura enquanto mais uma delas. De acordo com Costa (2007), o casamento desde os tempos remotos esteve inserido na esfera religiosa. Na Idade Antiga, cerca de 476 a.C a festividade do casamento não era algo que ocorria publicamente, mas reservado ao lar. Na ocasião a mulher saía da família de origem e passava a pertencer ao marido. Objetivamente o que ocorria era um acordo entre o noivo e o pai da noiva, o pai da noiva oferecia um dote em função da união. Nessa medida realizava-se a transferência da mulher que a partir de então saía da autoridade do seu pai para se tornar governada pelo marido. No período da Idade Média que alcança o final da Idade Antiga até meados do século XV o casamento tornou-se indissolúvel pela igreja, pautada na ideia que de que “aquilo que Deus uniu o homem não separa”. A autora aponta que o fato de o casamento ter sido determinado pela igreja como sendo algo sagrado, o sexo não pode simbolizar a satisfação do desejo, mas apenas e tão somente para a procriação.

A ideologia cristã perpassou durante séculos o sentido do casamento e resquícios dessa antiga conotação ainda se fazem presentes principalmente no que tange a indissolubidade do casamento não mais em sentido impositivo, mas como sendo contra a vontade divina, Costa (2007). O século XVIII se expressa consentindo um casamento mais democrático, com igualdades de direitos e pautado no afeto.

Com a revolução industrial a mulher torna-se economicamente ativa e a partir da sua autonomia desconstrói a ideologia de propriedade privada que durante anos foi imposto enquanto uma condição a ela. Na contemporaneidade a estrutura social evidencia mais a autonomia e a satisfação individual que a relação de dependência entre ambos, o que se contrapõe ao sentido original do casamento, Carneiro (1998). Nessa medida, inverte-se o sentido atribuído a união conjugal, se antes se tratava de um acordo de conveniência para a manutenção tanto da economia quanto das relações de poder, agora concentra-se a importância no amor, na independência, no prazer. Para a autora é somente no século XXI que o casamento alcança maturidade, uma vez que passa a representar efetivamente um ato de vontade estabelecido pelo casal.

No que se refere ao conceito de conjugalidade para Souza (2016), se trata de uma dinâmica, na qual tanto o homem quanto a mulher constroem um espaço de apoio e

complementariedade familiar, no sentido de colaborar fundamentalmente para o seu desenvolvimento e dos seus membros. Nesse aspecto de acordo com o autor o casal se encontra dentro de um subsistema familiar, o qual se sustenta a partir da constituição de fronteiras que delimitam espaços dentro do sistema.

O desejo de experienciar a vida juntos, de constituir uma unicidade relacional e de construir uma família precisa estar associado a compreensão de que ainda necessita haver espaço para o funcionamento individual de cada um, Pires (2008). Embora a conjugalidade seja a referência do que se vivencia de maneira compartilhada, a individualidade precisa ser respeitada. Nesse contexto, buscar por autonomia pode tornar a relação delicada, porém quanto mais o relacionamento for valorizado maiores serão as possibilidades de ceder diante da individualidade do outro. Carneiro (1998), entende que no casamento para que se confirme a recriação do mundo é preciso que se considere a realidade subjetiva de cada cônjuge. Nessa perspectiva a realidade internalizada fará sentido a partir de fatos que antecederam a união e aqueles que ocorrem no presente da relação, a autora aponta que tais fenômenos ocorrem a partir do discurso que atua de maneira integrativa.

Compreendendo a importância da preservação de características individuais e considerando a dificuldade do manejo destas na relação conjugal na atualidade, a autora supracitada pontua acerca dos desafios de conectar duas identidades, dois desejos, duas histórias de vida em um casamento, um desejo, uma história conjunta. Carneiro (1998) analisa que equilibrar tais fatores diante do investimento que se faz na relação autônoma é desafiante. A autora identifica que o casamento pautado no amor-romântico se desestrutura excepcionalmente diante da busca pela autossuficiência feminina. Porém, mesmo que o modelo de casamento tenha ultrapassado o seu sentido original, ainda há circunstâncias em que o casamento tradicional prevalece pautado primordialmente por princípios religiosos.

De acordo com Aboim (2004), para algumas mulheres os valores que regem o casamento estão unicamente ligados a religião. Essas mulheres são fortemente praticantes das suas doutrinas religiosas e dispõem de pouca qualificação profissional. Vivenciam a perpetuação do casamento enquanto um gesto sacramental. Essa perspectiva de relacionamento corrobora para a manutenção de relações de violência estabelecidas em algumas uniões conjugais. Krob (2016), define que diversas mulheres procuram compreender a violência doméstica a partir de um olhar religioso. E associam a seu sofrimento a missão para com Deus de transformar o parceiro em uma pessoa melhor.

Pensar em formas de relacionamento na atualidade, adentrando a esfera do relacionamento conjugal, se pode afirmar que o sentido estruturador das relações, é o afeto.

Ferres-Carneiro (2010), aponta que a sustentação consiste na elaboração de sentido que determinada pessoa tem na vida da outra, o qual precisa de alguma maneira ser correspondido. A autora acrescenta que a medida que o sentimento entre o casal não é equivalente ao projetado, a relação se torna facilmente de ser rompida, tornando-se o que ela nomina de descartável.

A modalidade de conjugalidade não tradicional que se propagou a partir da década de 1970 onde os parceiros não exercem nenhum contrato, mas que desempenham as mesmas funções de uma união formal e mediante comprovação social de convívio, usufruem dos mesmos direitos daqueles que constituem um vínculo reconhecido contratualmente. Identifica-se que a união estável se representa para os seus integrantes, um ensaio, onde se a partir do convívio se percebe o sentido de permanecer juntos ou não. (FERRES-CARNEIRO, 2010).

Existe para Ziviani, Ferres-Carneiro e Magalhães (2012) para além do laço conjugal, o laço parental, exercido quando a união se pauta não mais no casal, mas em um contexto onde os dois representam o papel de pai e mãe diante da realidade de que do relacionamento nasceram descendentes. Os autores destacam a discriminação dos laços quando esses são intersubjetos apenas pela conjugalidade no qual se admite a separação, do envolvimento intersubjetivo parental onde por se tratar de uma ligação entre pai e mãe é indissolúvel.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi estruturado a partir de fatores que permeiam a maternidade e essencialmente condições que atravessam o processo de construção identitária da mulher e de que maneira esta se expressa historicamente. Nessa perspectiva foi possível compreender que no transcorrer da história a maternidade esteve associada a afirmação social. A princípio partiu-se de uma negação ao estabelecimento dos cuidados para com o bebê, onde em alguns achados históricos apontou-se que culturalmente não caberia à mãe amamentar. A amamentação era considerada enquanto imprópria para damas e não se considerava, na época, a necessidade de assumir este lugar.

Ao passo que se percebe a abdicação das mães para com seus filhos e a indiferença com a qual os tratavam, constata-se que a romantização do amor materno enquanto sentimento inerente à mulher não se sustenta. Nota-se que antes de tudo esse sentimento é construído à medida que se cuida e convive. Em uma esfera para além da social a maternidade é experienciada de forma singular e subjetiva, uma vez que, não se pode desconsiderar a maneira com a qual a menina se relaciona com as funções exercidas pelas pessoas de

referência e qual serão os impactos destas na sua vida adulta, bem como na sua dinâmica de relacionamento com os filhos.

À medida que se avalia as circunstâncias em que por muito tempo a mulher foi submetida em paralelo com a função materna: submissão, violência, restrição, desmerecimento social; entende-se o motivo da reivindicação pela desconstrução de servidão designada as mulheres. O movimento feminista representou a força e a resistência para com o sistema de opressão vivenciado, possibilitando analisar se necessitavam ou não cumprir os preceitos sociais acerca do seu destino. A inserção da pílula anticoncepcional também representou maior propriedade da mulher sobre o seu corpo e a inclusão ao mercado de trabalho autonomia sobre suas decisões. Inclusive no tocante ao casamento.

A forma impositiva com que se delegava a conjugalidade deu lugar a união pautada no afeto, nessa medida reconfigura-se o sentido atribuído ao casamento.

Não se pretende no presente estudo, esgotar a discussão acerca das inúmeras maneiras com as quais as mulheres vêm conquistando seu lugar social na contemporaneidade em meio aos resquícios de um sistema que a desqualificou por tantos anos nem mesmo limitar aos aspectos expostos os impactos experienciados por elas atualmente. Nesse contexto, entende-se que até este momento existem mecanismos que violentam a mulher cotidianamente dentro dos espaços ocupados por elas.

Pretende-se, através desse trabalho contribuir a respeito da temática no que se refere a desconstrução do papel social da mulher enquanto mãe e que por esta função se deve renegar a tantas outras possibilidades, pois viabiliza a criticidade para com fatos sociais comumente confundidos com verdades absolutas.

A partir destas afirmações se evidencia a necessidade de que cada vez mais as mulheres tenham acesso a recursos que as possibilitem repensar o seu processo de construção histórica uma vez que não há possibilidade de se lutar contra o desconhecido. Tornar acessível por meio do incentivo a prática do conhecimento sobre em que se pautou a luta por condições que hoje são direitos básicos, não certifica que não mais existirão situações de transgressão a estes, mas que eles poderão ser identificados e evitados antes que se tornem concretos.

Referências:

- ABOIM, Sofia. Conjugalidade, afectos e formas de autonomia individual. **Anál. Social**, Lisboa, n. 180, p. 801-825, 2006. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732006000300005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 nov. 2019.
- ANDRADE, Érica; SILVA, L. Planejamento familiar: uma questão de escolha. **Revista Eletrônica De Enfermagem**. V. 11, Nº1, 2017.
- ARIÈS, P. História Social da criança e da Família. Rio de Janeiro, **LTC**. 2. ed. 1981.
- BARBOSA, H. E. *A construção histórica do sentimento de infância*. 2007. 20f. *Monografia de conclusão de curso* - Universidade Salgada de Oliveira, Goiana, 2007.
- BAYLÃO, A. L. da S.; SCHETTINO, E. M. O. A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro. In: ANAIS ELETRÔNICOS, 2014. **XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. [S.l.], 2014. p. 1 – 12.
- BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo: a experiência vivida, volume 2. Rio de Janeiro. **Nova Fronteira**, 2016.
- BOTTINI, L. M.; BATISTA, R. L. **O TRABALHO DA MULHER DURANTE A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA (1780 A 1850)**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE, 2013. Curitiba: SEED/PR., 2013. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>. Acesso em: 03/11/19. ISBN 978-85-8015-040-7.
- CARNEIRO-FÉRES, T. Casal e família: permanência e ruptura. Casa do Psicólogo. São Paulo. 2009.
- CORREIA, M. J. Sobre a maternidade. **Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 16, n. 3, p. 365-371, 1998. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82311998000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 Abr. 2019.
- COSTA, G. P. (Ed.). **O Amor e seus Labirintos**. [S.l.]: Artmed, 2007. cap. 1.
- DIAS JÚNIOR, C. S; VERONA, A. P. Maternidade e trabalho: algumas reflexões sobre mulheres em ocupações de nível superior. **Revista Brasileira de Sociologia**. 2016. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/183/86>. Acesso em: 03/11/2019.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. [S.l.]: Boitempo, 1884.
- FARIAS MONTEIRO, K.. & GRUBBA, L. S. (2017). A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de suffragettes às sufragistas. *Direito E Desenvolvimento*, 8(2), 261-278. <https://doi.org/10.25246/direitoedesarrollo.v8i2.563>.
- FERRES-CARNEIRO, T; MAGALHÃES, A. S. Conquistando a herança: sobre o papel da transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação. In T. Féres-Carneiro (Org), *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Ed. **PUC-Rio**. Rio de Janeiro. P. 24-32, 2005.

FONSECA, R. M. G. S. A educação e o processo de inclusão: exclusão social da mulher: uma questão de gênero?. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 51-59, Mar. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71671995000100008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 Setem. 2019.

FRANCISCANI, J. S.; NASCIMENTO, M. B. A. D. **A MULHER NO NOVO TEMPO DE MERCADO E A LUTA PELA VALORIZAÇÃO**. 2010. 38 p. Monografia (Administração) — Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/extrafema/buscarTccCurso.jsp?id=506>.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. Teoria prática em educação popular. **Vozes Ltda.** Rio de Janeiro. 1989.

KROB, D. B. **A IGREJA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES**. In: ANAIS ELETRÔNICOS, 2014, São Leopoldo. Anais do Congresso Internacional da Faculdade EST. São Leopoldo, 2014. p. 208 – 216.

LEVANDOWSKI, D. C.; PICCININI, C. A.; LOPES, R. de C. S. **INDIVIDUALIDADE E CONJUGALIDADE NA RELAÇÃO DE CASAL DE ADOLESCENTES**. 2009. 10 p. Tese (Psicologia) — UFRGS. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n4/v14n4a08>. Acesso em: 03/11/2019.

MARTINS, L. W. F; FRIZZO, G. B; DIEHL, A. M. P. A constelação da maternidade na gestação adolescente: um estudo de casos. *Psicol. USP* [online]. V.25, Nº3, P.294-306, 2014.

OLIVEIRA-CRUZ, M. F. de; WANZELLER, F.; DALCIN, J. Maternidade e trabalho: um estudo sobre desigualdades de gênero a partir da recepção publicitária. **7 o Encontro Regional de História da Mídia**. p. 1 – 11, 2018.

PINTO JARDIM, C. R. FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER. **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010 JARDIM PINTO, Céli Regina. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.** [online]., vol.18, n.36, pp.15-23, 2010.

SANTANA, J. R.; WAISSE, S. Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962-1972: qual informação foi disponibilizada às usuárias potenciais?. **Revista Brasileira de História da Ciência**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 203 – 218, jul 2016.

SANTOS, T. S.; MAIA, S. A CONDIÇÃO FEMININA: DUPLA JORNADA DE TRABALHO. In: **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. [S.l.: s.n.], 2013. p. 1 – 9.

SILVA, L. F. (coord.). **Pesquisa Mensal de Emprego**. [s.n.], 1996. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81252.pdf>

SOUSA, Júlio Emílio Pereira de - As famílias como projectos de vida: O desenvolvimento de competências resilientes na conjugalidade e na parentalidade. **Revista Saber e Educar**. N.º11, p.41-47, 2006.

STAMATTO, M. I. S. Um olhar na História: a mulher na escola (Brasil:1549-1910). In: História e Memória da educação Brasileira, 2002, Natal. **II Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2002.

ZIVIANI, C. CARNEIRO-FÉRES, T. MAGALHAES, A. S. Pai e mãe na conjugalidade: aspectos conceituais e validação de construto. *Paidéia* (Ribeirão Preto). Ribeirão Preto. V. 22, Nº 52, 2012. MARTINS, L. W. F; FRIZZO, G. B; DIEHL, A. M. P. A constelação da

maternidade na gestação adolescente: um estudo de casos. *Psicol. USP [online]*. V.25, Nº3, P.294-306, 2014.